



ACÓRDÃO Nº10/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11379/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional - ESPI
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsáveis:** LUIZA MARIA BESSA REBELO (Ordenador de Despesa)
GILMAR DE OLIVEIRA NASCIMENTO (Gestor)
SERAFIM PEREIRA D ALVIM MEIRELLES NETO (Gestor)
- 6- **Unidade Técnica:** DICAD/MA
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7150/2016-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Administração Direta do Município de Manaus. Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional - ESPI. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da Sra. Luiza Maria Bessa Rebelo, Diretora-Geral e Ordenadora de Despesa da Escola de Serviço Público e Inclusão Socioeducacional - ESPI, exercício de 2015, com base no art. 22, II da Lei 2423/1996.
- 9.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Serafim Pereira D Alvim Meirelles Neto, Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, corresponsável pela Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional - ESPI, no período de 01/01/2015 a 26/04/2015, com base no art. 22, II da Lei 2423/1996.
- 9.3. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas do Sr. Gilmar de Oliveira Nascimento, Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, corresponsável pela Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional - ESPI, no período de 27/04/2015 a 31/12/2015, com base no art. 22, II da Lei 2423/1996.



ACÓRDÃO Nº10/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

9.4. Determinar a Escola de Serviço Público Municipal e Inclusão Socioeducacional – ESPI, que:

- a)** preste maior transparência aos seus atos administrativos, especialmente no tocante às justificativas e demonstrações de motivação para contratações, aditivos e prorrogações;
- b)** aprimore seus controles sobre a concessão de adiantamentos, especialmente no tocante a prazos, devoluções e prestações de contas;
- c)** desenvolva mecanismo de seleção de instrutores, formalmente instituída em seus procedimentos, de forma a afastar o risco de direcionamentos.

10- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 31 de Janeiro de 2017

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR

Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral